



PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI ORDINÁRIA Nº 1.815/2018, DE 19/12/2018

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE COXIM-MS, PARA O EXERCÍCIO DE
2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento-Geral do município de Coxim - MS, para o exercício de 2019, que estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 130.929.500,00 (Cento e trinta milhões novecentos e vinte e nove mil , e quinhentos reais).

Art. 2º - O Orçamento Geral do Município para o exercício de 2019 compõe-se do Orçamento do Legislativo Municipal, Executivo Municipal, Fundação e seus Fundos Especiais, compatibilizados de forma abrangente nas ações de governo, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Art. 3º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, transferências e outras receitas de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do Anexo da Receita nos termos da lei nº 4.320/64 e Portarias Interministeriais Nº163, 180, 212, 325, 326, 328, 339, todas de 2.001 e Portarias Ministeriais 211, 300 e 447, editadas em 2.002, e recentemente a Portaria Conjunta STN/Sof nº 01, De 29 De Abril De 2008.

Receitas Correntes		129.158.870,00
Receitas Tributárias	R\$	17.554.900,00
Receitas de Contribuição	R\$	9.556.760,00
Receita Patrimonial	R\$	10.342.050,00
Receitas de Serviços	R\$	128.000,00
Transferências Correntes	R\$	90.574.060,00
Outras Receitas Correntes	R\$	1.003.100,00
Receitas de Capital	R\$	10.868.950,00
Operação de Crédito	R\$	6.510.500,00
Alienação de Bens	R\$	60.000,00
Amortização de Empréstimos	R\$	50.000,00
Transferências de Capital	R\$	4.248.450,00
Receitas Correntes Intra - Orçamentárias	R\$	1.050.000,00
Receita de Contribuições	R\$	1.050.000,00
Deduções da Receita Corrente	R\$	- 10.148.320,00
Total da Receita	R\$	130.929.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 4º - A Despesa total do Orçamento ascende a R\$ 130.929.500,00 (Cento e trinta milhões novecentos e vinte e nove mil, e quinhentos reais), importando o Orçamento Fiscal em R\$ 79.214.620,00 (Setenta e nove milhões, duzentos e quatorze mil, e seiscentos e vinte reais). E o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 51.714.880,00 (Cinquenta e um milhões, setecentos e quatorze mil, e oitocentos e oitenta reais).

Art. 5º - A despesa será realizada segundo a sua natureza, que apresenta o seguinte desdobramento:

A) Categorias Econômicas	R\$	130.929.500,00
1) Despesas Correntes	R\$	109.205.412,50
2) Despesas de Capital	R\$	21.069.690,00
3) Reserva de Contingência	R\$	654.397,50
B) Grupos de Natureza da Despesa	R\$	130.929.500,00
1) Pessoal e Encargos Sociais	R\$	54.059.515,00
2) Juros e Encargos da Dívida	R\$	1.001.100,00
3) Outras Despesas Correntes	R\$	54.144.797,50
4) Investimentos	R\$	18.766.690,00
5) Inversões Financeiras	R\$	300.500,00
6) Amortização da Dívida	R\$	2.002.500,00
7) Reserva de Contingência	R\$	654.397,50

Por Unidades Orçamentárias:

A) Poder Legislativo		
Câmara Municipal	R\$	4.000.000,00
B) Poder Executivo – Prefeitura Municipal		
Gabinete do Prefeito	R\$	5.987.200,00
Secretaria Municipal de Gestão	R\$	14.763.862,50
Secretaria Mun. de Infraestrutura e Obras	R\$	24.986.600,00
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social	R\$	2.409.840,00
Secretaria Municipal de Educação	R\$	10.014.250,00
Secretaria Municipal de Desenv. Sustentável	R\$	3.208.260,00
Reserva de Contingência	R\$	654.397,50
c) FUNDOS MUNICIPAIS		
Fundo Municipal de Saúde	R\$	30.246.150,00
Fundo Mun. Manutenção e Desenvolvimento Urbano	R\$	7.500,00
Educ. Básica Val. Professor Educação – FUNDEB	R\$	12.570.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	2.107.450,00
Fundo Municipal da Criança e Adolescência	R\$	98.800,00
Fundo Municipal de Investimento Social	R\$	373.650,00
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	R\$	315.850,00
Fundo Municipal Anti Drogas	R\$	7.300,00
Fundo Municipal do Meio Ambiente	R\$	1.000.000,00

Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	R\$	32.100,00
Fundo Municipal de Incentivo ao Turismo	R\$	69.600,00
Fundo Municipal do Idoso	R\$	5.300,00
Fundo Municipal da Cultura	R\$	2.600,00
Fundo Municipal da Defesa Civil	R\$	35.000,00
Fundo Municipal do Esporte	R\$	4.500,00
Fundo Municipal de Resíduos Sólidos	R\$	1.000.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

d) REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA		
Inst. Prev. dos Servidores Municipais de Coxim	R\$	13.332.490,00
e) FUNDAÇÃO		
Fundação de Cultura e Desporto "Clarice Rondon - FUNRONDON	R\$	102.300,00
f) INSTITUTO		
Instituto Mun. Servidores de Coxim de Assistência Social - IMCAS	R\$	3.594.500,00

Art. 6º - As Receitas e Despesas totais constantes deste Orçamento estão previstos por Fonte de Recursos com os seguintes desdobramentos:

FONTE DE RECURSOS	RECEITA	DESPESA
100000 Recursos Ordinários	46.630.060,00	46.630.060,00
101000 Recursos para Educação	6.291.550,00	6.291.550,00
102000 Recursos para Saúde	10.255.550,00	10.255.550,00
103000 Contribuição ao RPPS	13.332.490,00	13.332.490,00
114000 SUS – Transferência de Recurso do SUS	180.000,00	180.000,00
114008 SUS – PAB FIXO	3.122.500,00	3.122.500,00
114009 SUS – PAB VARIÁVEL	1.531.100,00	1.531.100,00
114010 SUS - MAC	8.250.000,00	8.250.000,00
114011 SUS - FAEC	262.500,00	262.500,00
114012 SUS – Vig Epidemiológica	145.400,00	145.400,00
114013 SUS - Vigilância Sanitária	959.300,00	959.300,00
114014 SUS – Assist. Farmacêutica	695.600,00	695.600,00
114020 Componente p/Implantação de Ações e Serviços de Saúde	130.000,00	130.000,00
114057 SUS –Invest. R Serv. Saúde	1.188.500,00	1.188.500,00
115002 PEJA	25.000,00	25.000,00
115049 FNDE – Salário Educação	700.000,00	700.000,00
115051 FNDE-PNAE	700.000,00	700.000,00
115052 FNDE-PNATE	150.000,00	150.000,00
117000 COSIP	2.440.000,00	2.440.000,00
118000 FUNDEB 60%	7.997.600,00	7.997.600,00
119000 FUNDEB 40%	4.572.400,00	4.572.400,00
120000 Transf. de Convênios -União/Educação	400.200,00	400.200,00
121000 Transf. de Convênios -União Saúde	259.000,00	259.000,00
123000 Transf. de Convênios -União/Outros	3.191.500,00	3.191.500,00
124000 Transf. de Convênios -Estado/Educação	1.746.700,00	1.746.700,00
125000 Transf. de Convênios -Estado/Saúde	1.270.000,00	1.270.000,00
126000 Transf. de Convênios -Estado/Assistência Social	71.300,00	71.300,00
127000 Transf. de Convênios -Estado/Outros	1.421.000,00	1.421.000,00
128000 Transf. de Convênios- Outros	54.300,00	54.300,00
129000 FNAS -Transf. de Recursos do FNAS	704.100,00	704.100,00
129003 FNAS- Apoio a Pessoa Idosa - API	24.000,00	24.000,00
129004 FNAS -Programa de Atenção à Criança – PAC	172.500,00	172.500,00
129005 FNAS –Programa Pessoa Portadora Deficiência Física–PPD	23.000,00	23.000,00
129006 FNAS I- PETI	15.500,00	15.500,00
129056 FNAS – Bolsa Família	101.000,00	101.000,00
131009 PAB Variável Estado	289.000,00	289.000,00
131013 Vigilância Sanitária Estado	133.200,00	133.200,00



Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

b – provenientes de excesso de arrecadação, até o limite de 100% (cem por cento) do valor apurado na forma estabelecida no art. 43, § 1º, inciso II e §§ 3º e 4º da Lei 4.320/64;

c – decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, dentro do mesmo projeto ou atividade, no limite dos mesmos;

d – decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, respeitando o limite de até 15% (Quinze por cento) do orçamento aprovado por esta Lei, excluídos deste limite os créditos abertos com base na autorização constante da alínea c, deste Inciso;

II – Realizar operações de crédito por antecipação da receita, que deverão ser liquidadas até o dia dez de dezembro do exercício, até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Corrente Líquida;

Parágrafo Único – Fica autorizado e não serão computados, para efeito do limite previsto neste artigo, os créditos suplementares:

a - destinados à suprir insuficiências nas dotações relativas a pessoal e encargos sociais, inativos e pensionistas, dívida pública, honra de avais e débitos de precatórios judiciais;

b – À conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções;

c – À suprir, insuficiência nas dotações destinadas a despesas à conta de recursos vinculados e de recursos próprios de entidades da administração descentralizada municipal;

d – O remanejamento de dotações dentro da mesma Secretaria,



PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fundos e Fundações através de decreto nos termos do artigo 167 inciso VI da Constituição Federal, limitado ao crédito autorizado para a respectiva unidade;

e – Em consonância com as normas constantes da Portaria Interministerial 163, de 04/05/01, o Poder Executivo poderá criar elementos de despesa que não constem nos referidos projetos e atividades aprovados nesta Lei, bem como ampliar a natureza das despesas em conformidade com as disposições contidas no parágrafo único, do artigo 5º, da citada Portaria

f – para alterar grupo de despesa, fonte e modalidade no valor previsto do gasto do respectivo projeto/atividade;

Art. 8º - Os repasses ao Legislativo serão efetuados no percentual de 7% (sete por cento) sobre a Receita arrecadada no exercício de 2018, nos termos do artigo 29-A, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Fica Autorizado o Poder Executivo a adequar o orçamento previsto para o Legislativo, limitado aos 7% (sete por cento) da receita efetivamente arrecadada no exercício de 2018.

Art. 9º – Ocorrendo alterações na Legislação Tributária em vigor, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 10 – O Poder Executivo disponibilizará, até 30 de janeiro de 2019, o cronograma mensal de previsão de arrecadação de receitas e desembolso de despesas para o exercício de 2019, com base na Receita Prevista e Despesa Fixada por esta Lei.

Art. 11 - Promover a concessão de Subvenções Sociais a entidades públicas ou privadas, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, assinatura de convênios de mutua colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de dezembro de 2018.

ALÚZIO SÃO JOSÉ
Prefeito Municipal
Coxim/MS